

# Ceticismo e significatividade

**FERNANDO HENRIQUE FAUSTINI ZARTH**

(Universidade Federal de Santa Maria). *E-mail*: fzarth@hotmail.com

**Resumo:** Uma alternativa para combater o ceticismo sobre o mundo exterior é apresentada pela tese verificacionista, segundo a qual, uma frase só possui significatividade se for possível apontar as condições necessárias para que ela seja verdadeira ou falsa. Nesse sentido, Carnap declara que o cético, ao se referir à realidade das coisas, abandona o uso da palavra realidade em seu sistema referencial comum, sem que apresente uma nova definição para sua compreensão. O ceticismo, então, é designado como “sem sentido”, e por isso, não é necessário, nem possível, que se apresente uma resposta para a pergunta sobre o mundo exterior evocada pelo cético, isso porque não há nenhuma questão a ser respondida. Todavia, para Barry Stroud, Carnap está comprometido com um verificacionismo injustificado, pois não apresenta razões suficientes para adotar a sua definição de sentido. Esse artigo apresenta uma análise da argumentação de Carnap contra o ceticismo e a réplica de Stroud, onde é verificado a pertinência de uma estratégia anti-cética que parta do problema da significatividade.

**Abstract:** An alternative to counter skepticism about the external world is presented by the verifiability thesis, according to which, a sentence is meaningful only if you can identify the necessary conditions for it to be true or false. Accordingly, Carnap claims that the skeptic, while referring to the reality of things, renounces the use of the word reality in their common framework without submitting a new definition for it. Skepticism, then, is designated as meaningless, and therefore, it is not necessary, nor possible, to provide an answer to the question about the external world raised by the skeptic. There is no question to be answered. However, according to Barry Stroud, Carnap is committed to an unjustified verificationism, because it presents no sufficient reason to adopt their definition of meaning. This article presents an analysis of Carnap’s argument against skepticism and Stroud’s reply, evaluating the applicability of an anti-skeptical strategy that starts from the problem of meaningfulness.

**Palavras-chave:** ceticismo, verificacionismo, convencionalismo, significatividade, Carnap.

**Abstract:** skepticism, verificationism, conventionalism, meaningfulness

Em uma elucidativa passagem do livro *Language, Truth & Logic*, Ayer escreve:

O critério que usamos para testar a autenticidade de aparentes afirmações de fato é o critério de verificabilidade. Dizemos que uma frase é factualmente significativa para uma determinada pessoa se, e apenas se, essa pessoa souber como verificar a proposição que a frase tenta expressar – isto é, se ela souber quais observações a levariam, sob determinadas condições, a aceitar a proposição como verdadeira ou a rejeitá-la como falsa (Ayer, 1946, p. 35).

A introdução desse critério implica, sobretudo, uma mudança na definição do sentido ou significatividade de questões e disputas filosóficas tradicionais. Trata-se do princípio verificacionista<sup>1</sup> de significação, cuja tese inicial é a de que uma frase só é significativa se ela apresentar quais são as condições em que ela pode ser verdadeira ou falsa, ou ao menos provável. Ou, no caso de uma pergunta, deverá haver alguma observação possível que possa indicar uma resposta. Descartes, por exemplo, ao questionar na *Meditações Metafísicas* se ele realmente se encontra em frente a uma fogueira segurando um papel na mão, não toma o conceito de realidade em seu uso comum, pois a resposta “sim” seria óbvia e trivial. Sua pergunta pretende se estender para além do meramente percebido, mas não apresenta uma nova definição para o uso desse conceito, o que torna sua pergunta sem sentido, segundo esse critério. Desse modo, como aponta Ouelbani, enunciados metafísicos não possuem sentido porque seus conceitos são “utilizados sem que uma definição correspondente a seu novo uso, que não é o uso cotidiano ou empírico, tenha sido previamente estabelecido” (Ouelbani, 2009, p. 31). Com a aplicação desse princípio, portanto, elimina-se o problema do ceticismo sobre o mundo exterior sem que seja preciso oferecer de fato uma resposta ao cético, não porque não se consiga encontrar uma resposta adequada, mas apenas por não haver genuinamente pergunta alguma a ser

respondida. Mas será que tal movimento é mesmo suficiente para resolver esse problema clássico da epistemologia? Questionando essa solução, Barry Stroud em seu artigo “Internal and External: Meaningful and Meaningless” apresenta uma réplica aos verificacionistas, em especial à Carnap, alegando que o verificacionismo não apresenta razões suficientes para rejeitar a dúvida cética. Para Stroud, a dúvida cética *parece* possuir sentido, e qualquer novo critério de sentido que pretenda ser imposto exigiria antes uma defesa da própria correteza desse critério.

A partir disso, analiso a viabilidade de uma alternativa verificacionista para o problema do ceticismo sobre o mundo exterior face às críticas realizada por Barry Stroud. Defendo que, embora a desconfiança de Stroud em relação ao verificacionismo seja legítima, se o tomarmos meramente em seu sentido negativo, suas críticas não parecem corretas quando dirigidas a uma forma mais sofisticada deste, chamado então de convencionalismo, adotado por Carnap.

## 1. VERIFICACIONISMO E O PRINCÍPIO DO SENTIDO

Como já mencionado, a ideia central do princípio de verificação é a de que uma frase só possui sentido se algum procedimento de verificação for demonstrado. Partindo desse princípio, pretende-se eliminar o problema das disputas intermináveis na filosofia, querelas que não podem ser resolvidas simplesmente porque nenhuma das posições em disputa é capaz de apresentar alguma observação conclusiva que comprove sua posição.

Um exemplo do funcionamento desse princípio é encontrado em Hempel em seu conceito de significação empírica. Tomemos a hipótese científica mencionada em *Filosofia da Ciência Natural*: “a distância percorrida em  $t$  segundos por um corpo caindo livremente a partir do repouso na vizinhança da superfície da Lua é  $s = 89t^2$  cm.” (Hempel, 1974, p. 45). Uma afirmação desse tipo é verificável, pois é possível apontar alguma observação para descobrir a verdade ou falsidade desse enunciado. É importante destacar que, tanto para Hempel quanto para Ayer, uma observação não

precisa ter sido realizada para possuir significatividade, ou seja, ainda que por limitação tecnológica não sejamos capazes de simular um evento desses na Lua, ela ainda é, por princípio<sup>2</sup>, verificável. Por outro lado, um exemplo de enunciado não verificável é a afirmação de que o movimento dos planetas é motivado por uma força natural presente em todos os corpos, como o amor. Essa afirmação não é verdadeira e nem falsa, visto que quem quer que enuncie essa frase não é capaz de apontar uma forma pela qual essa hipótese possa ser corroborada. Uma teoria contrária poderia até mesmo ser criada, ao invés do amor, alguém poderia dizer que é o ódio a motivação da força da gravidade, uma força destruidora que visa aproximar os corpos para que eles se destruam mutuamente. Ambos, o defensor da hipótese do amor e o defensor da hipótese de ódio, poderiam disputar quem está correto eternamente sem que nenhum esclarecimento possa ser dado a favor de um ou de outro. Isso se deve ao fato de que ambas teses na verdade não são hipóteses, são pseudo-hipóteses, porque não fazem asserção alguma.

O problema resultante quando se trata de questões referentes à realidade dos objetos físicos sem uma referência empírica e o contexto em que essas questões emergem é apresentado por Carnap em “Pseudoproblemas na Filosofia”: Imaginemos que dois geógrafos partem em uma expedição querendo descobrir se uma mencionada montanha é real ou apenas lendária. Para tanto, eles se deslocam até onde essa montanha supostamente existe com o propósito de resolver esse problema; em sua jornada os geógrafos se deparam com uma montanha na localização esperada. Baseados, portanto, na observação empírica que se apresenta (o avistamento da montanha), os geógrafos facilmente se encontrarão em consenso sobre a sua existência, bem como sobre suas características (altura, forma, localização, composição etc.), ou seja, “em todas as questões empíricas há unanimidade” (Carnap, 1975, p. 168). Trata-se não apenas de um recurso científico, mas também de uso comum. Os geógrafos relatam a existência da montanha partindo dos mesmos recursos que utilizamos quando dirigimos e decidimos se há ou não uma criança atravessando a rua ou quando sabemos se estamos usando sapatos. Os geógrafos afirmam sua conclusão, considerando

o *framework* espaço-temporal. Entretanto, Carnap destaca que existe outro tipo de pergunta, que somente os filósofos realizam, acerca do mundo externo, sobre a existência em si da montanha, uma questão que se impõe sobre o quão confiável é nosso acesso às informações espaço-temporais. Provavelmente um guarda de trânsito nunca aceitaria uma justificativa do tipo: “eu não sabia se a criança que atravessava a rua era real ou produto de ilusões criadas em minha mente por cientistas em Alfa Centauro”, pois, afinal, em nosso comportamento cotidiano, aceitamos espontaneamente a validade de nossos sentidos imediatos. No entanto, por mais surpreendente que possa parecer um questionamento como esse, ele encontra ouvidos na filosofia, visto que exemplos do tipo “gênios enganadores” minam, não nossos juízos imediatos cotidianos e involuntários, mas nossa possibilidade de reivindicar conhecimento ou justificação para nossas crenças. Desse modo, a dúvida cética não se direciona a objetos particulares como, por exemplo, a existência desse tomate ou dessa mesa especificamente, se referindo antes disso à própria confiabilidade da percepção.

Na questão sobre a montanha e os geógrafos, para exemplificar como surgem as disputas metafísicas, Carnap supõe que esses mesmos cientistas possuem uma divergência no que concerne a seu ponto de vista filosófico: um é realista, outro idealista. Embora essa divergência não impeça consenso sobre os dados empíricos, ao levantarem uma interpretação filosófica sobre esses dados, os geógrafos entrarão em embate. O realista dirá que as informações geográficas levantadas a partir da observação da montanha correspondem exatamente à realidade da montanha, ou, se ele for um fenomenalista, ele dirá que o observador se funda em algo real, porém, a realidade em si da montanha não pode ser conhecida<sup>3</sup>. O idealista certamente discordará, afirmando que não é o caso de a montanha ser em si mesma real, pois a realidade do observado sobre a montanha se encontra limitada a nossa percepção e processos mentais. Para Carnap, nenhum dos geógrafos será capaz de apontar um experimento que seja capaz de sustentar seu ponto de vista, de modo que o problema transcende completamente o âmbito da experiência. De acordo com o princípio verificacionista de sig-

nificação, nenhuma das teses é, portanto, verdadeira ou falsa, mas ambas ausentes de significado<sup>4</sup>.

Em um olhar mais atento, entretanto, percebemos a existência de relevantes aproximações entre a tese verificacionista e o ceticismo sobre o mundo exterior. Quando Carnap cita a disputa entre o geógrafo idealista e o geógrafo realista, o autor insiste que a questão não pode ser resolvida, visto que não há nenhuma experiência possível que nos permita um mínimo de indicação sobre como proceder. Essa é, como vimos, a base da crítica verificacionista à metafísica. Curiosamente, essa mesma base que fundamenta o verificacionismo se assemelha com a que fundamenta o ceticismo. Para o cético, uma disputa como a mencionada por Carnap não pode ser resolvida porque nossa experiência não nos apresenta melhores razões para determinar se o realista está certo ou se o idealista o está. É a impossibilidade de decisão em questões como essas que motiva o cético a declarar que não sabemos nada sobre o mundo. Ou ainda, no caso do pirronismo, frente a esse fator de indecibilidade, deve-se suspender o juízo. Os seguintes trechos de *Hipotiposes Pirronicas* ilustram esse argumento:

Homens de talento, confundidos pelo caráter contraditório das coisas e duvidosos sobre quais alternativas era melhor assentir, viram-se fadados a indagar o que é o verdadeiro e o que é o falso, buscando alcançar, através deste exame, a imperturbabilidade. Contudo, o principio básico da disposição cética é que a cada razão se opõe outra razão equivalente; pois cremos que assim se segue o não dogmatizar. (SEXTO EMPÍRICO, HP I, 12).

Aqueles, que afirmam que os céticos rechaçam as aparências, parecem não ter entendido nossas razões. Pois, como antes dissemos, não negamos o que, de acordo com a sensação passiva, nos conduz involuntariamente ao assentimento: e essas são as aparências. Quando, porém, perguntamos se o objeto real é tal como aparece, admitimos o que aparece e investigamos não sobre a aparência, mas sobre o que é dito sobre a aparência; o que é diferente de investigar a aparência mesma (SEXTO EMPÍRICO, HP I, 19).

Como aponta Barry Stroud, o princípio verificacionista de significação não se sustentaria se uma resposta cética não fosse correta diante de uma pergunta sobre o mundo externo. Se um filósofo apresenta esse tipo de questão – no sentido do exemplo apresentado dos geógrafos – uma conclusão cética é inescapável: não somos capazes de decidir questões sobre o mundo externo. Caso contrário, se uma resposta não-cética fosse possível de ser apresentada, então uma declaração sobre o mundo externo seria viável e, portanto, dotado de sentido:

Outra forma de descrever a sobreposição entre o verificacionismo e o ceticismo é dizer que ambas as partes concordam que, se nós temos uma crença no mundo externo do tipo que o filósofo geralmente atribui a nós, é correto concluir que o ceticismo é verdadeiro (Stroud, 1984, p. 179).

Entretanto, enquanto o cético, a respeito de crenças sobre o mundo externo, se limita a dizer que elas são empiricamente impossíveis de serem sustentadas, Carnap acrescenta que o cético erra ao supor que sobre o mundo externo exista qualquer crença. Encontramos aqui o ponto que leva Carnap a rejeitar a resposta cética como desprovida de sentido: não há crença ou questão sobre o mundo externo que possa ser cognitivamente compreendida e, portanto, carecer de resposta.

Para Barry Stroud, no entanto, embora seja correto afirmar que a adoção do princípio de verificação implica destituir o ceticismo de sentido, tal estratégia traz à tona o problema do próprio status de aceitabilidade do princípio. Stroud alega ser necessário para o verificacionista apresentar, junto à distinção realizada entre “com sentido” e “sem sentido”, indícios que mostrem a correte das condições expostas como necessárias para a significatividade. Antes mesmo de pensarmos sobre a tese verificacionista, já consideramos frases como dotadas ou não de significado, de modo que, se o verificacionista pretende que determinada sentença, que era significativa para o filósofo tradicional, seja destituída desse valor, é necessário que ele

demonstre por quais motivos as propriedades indicadas por sua tese como necessárias para haver significado sejam mesmo as condições corretas. Mas para fazer isso, ele precisará defender alguma teoria ou concepção de base que mostre como é possível aquilo que se obtém através da experiência ser inteligível. Para Stroud, portanto, a insistência em uma tese puramente negativa e deflacionária não apresenta bons motivos para abandonar como não significativo o que tradicionalmente parecia significativo. Nesse sentido, o que Stroud evidencia é que o verificacionismo está mais em condição de réu do que de juiz, visto que a validade do conteúdo produzido pela percepção não foi decidida e somente será caso se aponte como pode esse conteúdo ser verdadeiro<sup>5</sup>. Nesse sentido, a proposta verificacionista, na comparação de Stroud, é semelhante às leis de imigração: já se sabe de antemão o que se quer excluir, e para tanto, cria-se normas para eliminar o objeto indesejado.

Carnap, no entanto, percebe com clareza que a busca do cético se direciona a um status ontológico e que a dúvida cética incide sobre a própria confiabilidade da experiência para nos apontar a verdade. Para ele, entretanto, aceitar ou não a experiência consiste apenas em uma questão de escolha, não sendo necessário provar, da forma que o cético exige, a validade do nosso esquema perceptual. O fundamento dessa afirmação é encontrado na distinção entre “questões internas” e “questões externas” apresentado por Carnap no artigo “Empirismo, Semântica e Ontologia”.

## 2. INTERNO E EXTERNO

Segundo Carnap, a questão sobre a realidade ou existência das entidades pode ser formulada de dois modos distintos: ela pode ser uma questão “interna” ou “externa” a um determinado *framework* lingüístico adotado. Para ilustrar essa distinção, Carnap toma como exemplo o que ele considera o tipo de entidade mais simples usado na linguagem cotidiana: o sistema espaço-temporal. Para Carnap, se aceitarmos o uso da linguagem das coisas e seu *framework*, questões internas são feitas quando perguntado: “existe

uma folha de papel sobre minha mesa?” ou “São Jorge realmente existiu?”. Nessas questões, a palavra realidade é utilizada como um conceito empírico, científico e não metafísico. E reconhecer a realidade de objetos, por exemplo um papel, nada mais é do que incorporá-lo no sistema junto aos demais objetos tidos como reais, de acordo com as regras do *framework* da linguagem das coisas.

Por outro lado, a pergunta pela realidade pode ser tomada como uma questão externa, quando se refere à realidade do próprio mundo das coisas. Para Carnap, esse tipo de pergunta é feita exclusivamente pelos filósofos, questão ignorada pelos homens comuns ou cientistas, tal como ilustrado no exemplo dos geógrafos e a montanha na sessão um. Essa questão externa sobre o mundo das coisas resultou em inúmeras respostas divergentes, oscilando entre uma postura idealista ou realista, sem que um consenso fosse possível. Para Carnap, tal questão não se resolveu nem poderia ter se resolvido, porque a pergunta foi *formulada de uma maneira errada*, ela é incapaz de ser enunciada em alguma linguagem teórica. Quando digo que esse papel é real, eu atribuo a ele o valor de parte integrante de um sistema aceito, de modo que a pergunta não pode ter significado se ela não se refere ao papel enquanto contido no sistema.

Aqueles que levantaram a questão da realidade do próprio mundo das coisas talvez não tivessem em mente uma questão teórica como sua formulação parece sugerir, mas, ao contrário, uma questão prática, uma questão de decisão prática concernente à estrutura de nossa linguagem. Devemos fazer a escolha de aceitar e usar ou não as formas de expressão do sistema de referência em questão (Carnap, 1975, p. 121).

Embora a linguagem das coisas não seja adotada originalmente pelas pessoas como uma escolha, visto que crescemos aceitando-a, ela permanece como tal se considerarmos que podemos deliberadamente cessar ou não de utilizá-la, substituindo-a por outras linguagens, ou ainda, até mesmo, não adotar nenhuma e simplesmente não falar. A aceitação da linguagem

das coisas, contudo, não é a aceitação da existência mesma dos objetos. Dizer que acredito na existência da caneta que utilizo para escrever esse texto não implica a consideração de que ela é real fora do *framework* linguístico aceito. Nem tampouco o cético pode constituir uma dúvida significativa contra a existência dessa caneta quando eu me refiro a ela internamente, dentro do sistema de referência da linguagem das coisas. Minha crença na existência da caneta permanece, então, imune aos ataques céticos. Logo, sobre a realidade do mundo das coisas não há crença, nem tampouco uma questão teórica.

A aceitação de uma linguagem das coisas conduz, com base nas observações efetuadas, também à aceitação, crença e asserção de certos enunciados. Mas a tese da realidade das coisas não pode estar entre esses enunciados, porque não se pode formulá-la na linguagem das coisas ou, segundo parece, em qualquer linguagem teórica (Carnap, 1975 p. 121.).

Portanto, o uso da linguagem das coisas tem como fator decisivo para sua adoção a eficiência, produtividade e simplicidade, não tomando por base e nem derivando questões concernentes a realidade. O critério da eficiência apenas justifica a adoção de certa linguagem – no caso, das coisas – mas de modo algum constitui evidência para a realidade desse mundo.

Também as entidades abstratas possuem sua existência resguardada segundo esse mesmo convencionalismo, algo que tradicionalmente é difícil para um empirista admitir. O sistema dos números, por exemplo, diferentemente do conteúdo da linguagem das coisas, não possui uma natureza fatural e, portanto, não se sustenta a partir de observações empíricas. Temos aqui um sistema de natureza lógica. Por esse motivo, a matemática tradicionalmente se tornou um problema para os empiristas à medida que a aceitação das entidades abstratas da matemática implicaria reconhecer a existências de coisas fora do critério empirista da experiência<sup>6</sup>. Isso torna difícil atribuir realidade aos números, de modo que, para evadir esse problema, comumente atribuem à matemática o valor de “simples cálculo,

como um sistema formal para o qual não se dá ou não se pode dar nenhuma interpretação” (Carnap, 1975, p. 121). O matemático, de acordo com esse raciocínio, apenas trabalha com “símbolos carentes de significados e fórmulas manipuladas segundo regras formais dadas” (idem).

Novamente, para Carnap, cabe aqui explicitar o que se pretende e o que se pode afirmar na questão da realidade dos números. Tomando como um ponto de partida o sistema dos números naturais, verificamos que lhe é constituinte expressões e regras próprias, o que caracteriza seu *framework* linguístico. Denominamos – por exemplo – que números primos são todos aqueles números que são apenas divisíveis por um e por eles próprios. Face à pergunta: “existem números primos maiores que cem?” deparamo-nos com uma pergunta da qual não se pode encontrar nenhum indício empírico para se determinar uma resposta, sendo possível apenas uma análise lógica. Mesmo se tratando de uma questão sobre a “existência”, para Carnap, responder afirmativamente à pergunta de modo algum contraria o princípio empirista de verificação, pois a questão é interna, isto é, se refere a uma questão teórica dentro do *framework* linguístico aceito, isto é, dos números naturais, com suas expressões e regras que constituem o próprio contexto em que a pergunta se lança. Mais uma vez, não é o caso de afirmar que o sistema dos números é real, trata-se apenas de aceitar ou não o uso desse sistema, cujo critério não é outro senão sua eficiência, sua utilidade. Alguém que tome a questão no sentido interno, de modo análogo, dificilmente ousaria uma resposta negativa à pergunta geral “existem números?”, o que torna plausível supor que “aqueles filósofos, que tratam da existência dos números como um problema filosófico sério e oferecem amplos argumento em qualquer um dos lados, não têm em mente a questão interna” (Carnap, 1975, p. 123).

Segundo Carnap, os filósofos que tomam essa questão como externa possivelmente se referem a um *status ontológico dos números*, sobre se eles possuem uma espécie de realidade ideal, entendendo realidade como uma característica metafísica, ou ainda se eles se caracterizam como *entidades independentes*. Tais filósofos, no entanto, fracassaram em seu empreendi-

mento ao não conseguirem formular essa questão em *termos de linguagem científica comum*, sendo que até então não conseguiram atribuir conteúdo cognitivo às suas perguntas. Trata-se, portanto, de uma pseudo-questão, uma questão não-teórica disfarçada de teórica. O problema para Carnap é de ordem prática: “saber se incorporamos ou não na linguagem as novas formas linguísticas que constituem o sistema de referência dos números” (Carnap, 1975, p. 123). Analogamente, o que se aplica no sistema dos números se aplica igualmente ao sistema das demais entidades abstratas em nossa linguagem.

Para Carnap, “a aceitação de um novo tipo de entidades é representada na linguagem pela introdução de um sistema de referência de novas formas de expressões a serem usadas segundo um novo conjunto de regras” (Carnap, 1975, p. 127). Os *frameworks* linguísticos, por sua vez, são introduzidos a partir de dois passos essenciais:

- a) Introdução de um termo geral que nos oriente nas afirmações sobre as entidades particulares. Ex: “vermelho é uma propriedade” ou “cinco é um número”.
- b) Introdução de novos tipos de variáveis que nos orientarão na formulação de sentenças gerais sobre as novas entidades.

Através das novas formas introduzidas na linguagem, pode-se levantar questões internas e respostas possíveis poderão ser construídas a partir da investigação empírica ou análise lógica. Essas formulações se distinguem das perguntas sobre a existência (ou realidade) do sistema de entidades. Tais questões que, como dito, são feitas apenas pelos filósofos, possuem um apelo ontológico, uma pergunta anterior à introdução das novas formas da linguagem, e que precisa ser respondida para justificar a aceitação dessas novas formas. Carnap, no entanto, rejeita essa necessidade. Nada precisa ser dito sobre a questão da realidade do sistema total das entidades para que aceitemos a introdução de um novo discurso, visto que o mesmo não assera nada sobre a realidade de suas entidades além do que seja interno ao

próprio *framework* linguístico. Uma justificação teórica torna-se completamente dispensável.

Com certeza, devemos enfrentar nesse ponto uma questão importante; mas trata-se de uma questão prática e não teórica; é a questão de saber se aceitamos ou não as novas formas lingüísticas. Não se pode julgar a aceitação como verdadeira ou falsa porque ela não é uma asserção. Somente se pode julgá-la como sendo mais ou menos expediente, frutífera, condizente com o fim para qual se faz tender a linguagem. Juízos deste tipo suprem a motivação para a decisão de se aceitar ou rejeitar o tipo de entidades (Carnap, 1975 p. 128).

Ao afirmar que aceitar um sistema linguístico não implica uma asserção teórica, Carnap evita um comprometimento com uma doutrina metafísica. Seu projeto reducionista no *Aufbau* ou o projeto comum de unificação das ciências presente entre os pensadores do Círculo de Viena não se sustentam e tampouco inferem algo – sob essa perspectiva – sobre a realidade (tomada em um sentido externo). Dentro dos sistemas linguísticos a questão da realidade ou existência permanece inalterada ao ataque cético que incida sobre seus objetos. Cabe apontar mais uma vez, porém, que não somente a pergunta cética é evadida ao ser respondida internamente. Externamente, tal pergunta, ao tentar se tornar teórica, falha por não conseguir ser apresentada como dotada de sentido cognitivo. Ou seja, por um lado, temos uma defesa que resguarda a legitimidade de falar de objetos existentes (mesmo as entidades abstratas), e, por outro, a tese de que as asserções metafísicas, e isso inclui as teses céticas sobre a realidade, existência ou conhecimento, não são na verdade enunciados e, sim, pseudo-enunciados.

### 3. A RÉPLICA DE STROUD

Para Barry Stroud, restam algumas questões não respondidas sobre os *frameworks* linguísticos. As mais variadas formas linguísticas apresentada

por Carnap como alternativa uma a outra, que são mais ou menos pertinentes não por serem melhores alternativas para se encontrar a verdade dos objetos, mas por aquilo que elas cumprem em seus objetivos, apresentam certos comprometimentos que, segundo Stroud, Carnap teria ignorado. A linguagem das coisas, por exemplo, quando suposta como mais eficiente no objetivo de promover o conhecimento empírico, ou qualquer alternativa genuína para esse pressuposto, se encontra comprometida com o chamado “nós” e o que ocorre com nós, que é a experiência. Para Stroud, asserir que o fato de que existimos e que possuímos experiência seja uma verdade interna à linguagem das coisas (ou de qualquer outra linguagem) é uma designação muito simples, visto que independente da linguagem que decidirmos adotar, tal fato será verdadeiro. Não aceitar isso implica destituir qualquer valor dado às diferentes formas de linguagem, de modo que elas permaneceriam apenas isso: diferentes. Ser mais eficiente para nós para manifestar nossa experiência parece não dar conta de justificar como esses dois pressupostos são verdadeiros antes de decidirmos qual linguagem adotar. Nesse sentido, é importante destacar que, de acordo com a tese exposta por Carnap, não há espaço para uma existência externa independente da linguagem que adotamos, pois, nesse caso, essa asserção não seria significativa.

Stroud identifica ainda outros problemas sobre a relação entre *frameworks* linguísticos e asserções. Considerando a afirmação de que existem montanhas na África, a sua verdade dependerá da aceitação do uso da linguagem das coisas, pois se trata de uma proposição interna. Através do uso dessa linguagem e através do uso das regras para formação de sentenças sobre as coisas, crenças sobre o mundo externo (tomado no sentido interno ao *frameworks* linguístico) se tornam justificáveis. Stroud considera difícil aceitar essa tese, visto que ela implica que, se por algum motivo abandonarmos a linguagem das coisas, asserções sobre montanhas na África – retomando o exemplo – não serão verdadeiras. Para Stroud, essa é uma tese inaceitável:

Dizer que não constituiria verdade que existem montanhas na África se não tivéssemos adotado a linguagem das coisas, ou que não seria verdade, se abandonássemos essa linguagem, parece conter a idéia absurda de que se há ou não montanhas na África depende de como escolhemos falar ou pensar. Isso seria um idealismo de proporções verdadeiramente heróicas. Isso é absurdo porque nós já sabemos o suficiente sobre montanhas para saber que elas não são afetadas, de uma maneira ou de outra, pela forma como os seres humanos decidem falar ou pensar (Stroud, 1984, p. 193).

Surpreendentemente, o que Stroud diz sobre “o que já sabemos sobre montanhas” é uma afirmação interna à linguagem das coisas, de modo que é através de uma análise empírica com o uso exclusivo de uma linguagem compatível com a experiência que a tese de Carnap é rejeitada como sendo demasiadamente idealista.

É importante observar que essa tese, qualificada por Stroud como “idealista”, de que verdades internas à linguagem das coisas não são nem verdadeiras nem falsas se o seu *framework* linguístico não for adotado, é o que precisamente permite Carnap se distinguir da visão filosófica tradicional e, portanto, não ceder à conclusão cética. Se assumido que a verdade sobre as coisas permanece intacta mesmo que abandonemos a linguagem das coisas, a função da linguagem e de seu *framework* linguístico será tão somente constituir uma alternativa viável para atingirmos o conhecimento, encontrar e formular enunciados sobre o que é *independentemente* verdadeiro. Se Carnap aceitasse essa *independência* entre o *framework* linguístico e conhecimento sobre o mundo, em nada se distinguiria da perspectiva filosófica tradicional, e não seria, então, capaz de rejeitar o ceticismo como não dotado de significatividade. A verdade do mundo das coisas não se daria da mesma forma que os enunciados matemáticos, onde a proposição “há números” só faz sentido dentro do próprio *framework* da linguagem da matemática, nesse caso, uma proposição analítica. Se o conhecimento sobre o mundo das coisas é o conhecimento de algo que permanece igualmente verdadeiro independente de adotarmos ou não a linguagem mais apropria-

da para tal, a das coisas, o cético permanecerá legítimo em sua desconfiança de que, por maior que seja o esforço e mais cuidadosos sejam nossos procedimentos de investigação, ainda assim, as coisas podem ser diferentes daquilo que acreditamos, de modo que a conclusão de que nós não temos conhecimento ou nós não estamos justificados em nossas crenças manter-se-ia dotada de significatividade. O veredito de Barry Stroud é o de que Carnap, embora tenha rejeitado junto com os demais membros do Círculo de Viena o idealismo transcendental de Kant, teria na verdade construído uma nova versão da idéia kantiana ou da tese corpenicana de que, se não aceitarmos que os objetos estão “de acordo com nosso conhecimento ou a constituição de nossa compreensão e sensibilidade, jamais poderíamos explicar como nosso conhecimento é possível” (Stroud, 1984, p. 195).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomaremos novamente o exemplo de Descartes, quando esse coloca em dúvida o fato aparentemente óbvio de que ele esteja sentado na frente de uma fogueira com um papel na mão, supondo que talvez aquilo tudo seja resultado de um sonho. Descartes poderia ter se dado por satisfeito sobre a realidade do momento que ele vivia simplesmente porque teria evidências empíricas suficientes para isso. É perfeitamente verificável que ele estava ali, diante de uma fogueira e com um papel na mão. Não apenas sua presença naquele momento é confirmada pela simples observação, mas a concebibilidade de que o objeto que ele possui em mãos é mesmo papel e que a fonte do calor sentido é mesmo fogo pode ser dada por testes científicos. Não é o caso, no entanto, que Descartes ignore que seus sentidos parecem confirmar a realidade dessa situação. O apontado por Descartes é que, se os sentidos eventualmente nos enganam – e não percebemos o engano no preciso momento em que somos enganados – precisamos encontrar algo que assegure a validade da experiência que ele está tendo naquele momento. Poderia se objetar, no entanto, que o fato de os sentidos nos enganarem eventualmente não é motivo suficiente para

colocar em dúvida o nosso esquema perceptual, pois, se sabemos que eventualmente os sentidos nos enganam, é justamente porque os próprios sentidos nos notificam esse engano. Tal objeção, no entanto, não satisfaz a dúvida cética porque não apresenta nenhuma indicação sobre se quando achamos que não estamos enganados nós de fato não estejamos, ou ainda, se todo conteúdo de nossa percepção não é efetivamente resultado de um sonho. O problema do sonho, de certo modo, já fora apontado muito antes por Sexto Empírico na *Hipotiposes Pirrônicas*. Conforme o qual, estar acordado ou dormindo produz diferentes impressões. Quando sonhamos, percebemos coisas que não percebemos quando estamos acordados, ou ao contrário, acordados, temos impressões que não temos do mesmo modo quando dormindo e sonhando. Portanto, a existência (ou não existência) das percepções é relativa a estar dormindo ou acordado.

Assim, a existência ou não-existência de nossas impressões não é absoluta, mas relativa à condição de estar dormindo ou acordado. Provavelmente, então, vemos coisas quando sonhamos que são irreais em estado de vigília, embora não totalmente irreais; pois possuem existência em nossos sonhos, assim como realidades despertas existam ainda que não existam em nossos sonhos (SEXTO EMPÍRICO, HP I, 104).

Qualquer afirmação, que diga que uma determinada circunstância (estar acordado) produz percepções mais confiáveis que outra circunstância (estar dormindo), não é capaz de se apoiar em outra coisa que não seja a própria percepção, que será, invariavelmente, novamente relativa a alguma circunstância. Justificar o valor de uma percepção apoiado na própria percepção constitui petição de princípio, afinal, se está tomando como verdadeiro o próprio objeto em juízo (a percepção) para justificar a sua validade. A circularidade de um argumento desse tipo torna-se evidente.

Compreendendo a motivação da dúvida apresentada por Descartes, é razoável concordar com Barry Stroud que os mesmos motivos que levam o cético a duvidar da existência ou realidade das coisas são os motivos para

duvidar do critério verificacionista, a menos que ele possa apresentar bons motivos para confiarmos na experiência como capaz de nos apresentar um conhecimento seguro sobre a realidade. Como vimos na sessão um, uma resposta não pode, sem um argumento adicional, ser abandonada em face de certo princípio quando a mesma resposta, tomada sob outras bases, continua plausível. Enquanto a dúvida cética é uma dúvida também sobre a validade das bases de nosso conhecimento empírico, o verificacionismo precisa mostrar razões que lhe coloquem em uma situação privilegiada – algo difícil de conseguir sem incorrer em petição de princípio, no sentido exposto tanto por Descartes como por Sexto Empírico.

Apesar de o argumento apresentado até esse ponto parecer correto contra uma forma puramente negativa de verificacionismo, a alternativa convencionalista que Carnap apresenta em “Empirismo, Semântica e Ontologia” consegue evadir esses problemas. Carnap não está defendendo que a verificação empírica é a única forma dotada de significatividade para se descrever o mundo. Não está afirmando sequer que nossas percepções nos apresentam a realidade como ela *realmente* é (no sentido que o cético reivindica). Ao demonstrar que o problema se encontra na linguagem, na forma como falamos sobre o mundo, *o real* evocado pelo cético não possui significatividade, mas não porque a experiência empírica seja a única fonte capaz de denotar significado, mas sim porque a palavra é utilizada sem que se estabeleça a qual *framework* linguístico ela pertence. A linguagem das coisas, como concebida por Carnap, não fala da realidade nada além do que é possível de acordo com as regras dessa linguagem. As regras não são aceitas porque tal linguagem permita encontrar uma verdade independente sobre o mundo, mas tão-somente porque ela se mostra mais eficiente, produz mais resultados, é a forma mais frutífera de manifestar o que percebemos a partir de nossas experiências. Sobre o sentido externo que Descartes ou Sexto Empírico atribuem à palavra realidade ou existência, não há qualquer crença. Nem o convencionalista diz nada sobre isso, como tampouco o cético mostrou-se capaz de fazer, visto que, embora gramaticalmente a sua dúvida pareça ter significado, ela não se refere a nada inteligível. O que

se revela surpreendente é que a tese de Carnap implica que seja aceitável a existência de uma linguagem onde cadeiras, mesas ou até nós mesmos não tenham existência. Como citado, “a aceitação de um novo tipo de entidades é representada na linguagem pela introdução de um sistema de referência de novas formas de expressões a serem usadas segundo um novo conjunto de regras” (Carnap, 1975, p. 127), portanto, desde que se introduza um termo geral que nos oriente nas afirmações sobre essas entidades, tal forma de falar será aceitável. Uma determinada linguagem é aceita por convenção, baseada no critério de efetividade e utilidade, de modo que, se o cético conseguir incluir a noção de existência em um diferente *framework* linguístico, uma afirmação do tipo “eu não existo” poderá estar correta, pois ela será uma afirmação interna. O máximo que se poderá objetar é que tal linguagem não possua utilidade alguma. A crítica de Carnap, portanto, é a de que o cético retira uma palavra que é utilizada internamente em uma determinada linguagem e modifica seu uso sem nos apresentar uma nova definição, e sem definição, não há resposta possível. Mas, enquanto para o cético, a ausência de resposta possível pode ser um bom motivo para sustentar sua tese, Carnap mostrou que isso ocorre porque não há nada para ser respondido.

Retomando a crítica de Stroud à Carnap, quando o primeiro afirma que “eu existo” é uma verdade independente da maneira pela qual eu decido falar, ou ainda quando este evoca o “que já sabemos sobre montanhas” para afirmar que a aceitação ou não de uma linguagem não interfere na realidade dos objetos físicos, ele parece não perceber que a aparente obviedade desse fato ou o “evidente absurdo” de pensar a existência do mundo físico da forma que Carnap toma se deve ao fato de ele já estar adotando de antemão a linguagem das coisas. Aquilo que já sabemos sobre montanhas é apenas o conteúdo de um esquema conceitual que adotamos espontaneamente utilizando essa linguagem – afinal, como poderíamos falar de existência sem um conceito de existência? Essa espontaneidade se deve ao fato de crescermos manifestando nossas experiências desse modo – sem que tivéssemos parado para pensar e decidir falar desse modo – o que nos leva

a crer, conforme Carnap, que tal linguagem é a mais apropriada e eficiente para dizer sobre os objetos físicos. Mesmo afirmações como “eu existo” não podem ser ditas sem serem ditas (ou pensadas) de algum modo: não há independência entre apreensão da realidade e linguagem. De qualquer modo, as montanhas na África não correm risco de deixar de existir, ainda que tomemos por base o convencionalismo de Carnap: sua existência e características estarão asseguradas pelo uso da linguagem das coisas. Se o geógrafo, no entanto, quiser pensar a montanha como existente em si mesma ou como existente apenas em nossa percepção, isso não será nada mais do que apenas uma forma de falar. Ainda assim, geógrafos continuarão a descobrir montanhas na África na medida em que, aparentemente, todos nós convenciamos que é interessante utilizar a linguagem comum e verificar que montanhas existem, que gatos existem, que nós existimos e que crianças eventualmente atravessam ruas.

## Referências Bibliográficas

- AYER, Alfred Jules. *Language, truth and logic*. New York: Dover, 1946.
- CARNAP, Rudolf. Empirismo, semântica e ontologia. In: SCHLICK, Mortiz; CARNAP, Rudolf; POPPER, Karl Raimund. *Coletanea de textos*. Série: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 149-175.
- CARNAP, Rudolf. Pseudoproblemas na filosofia. In: SCHLICK, Mortiz; CARNAP, Rudolf; POPPER, Karl Raimund. *Coletanea de textos*. Série: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 119-134.
- DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HANFLING, Oswald. *Ayer*. Trad. Paula Queiroz de Carvalho Zimbres. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- HEMPEL, Carl G. *Filosofia da ciência natural*. 2 ed. Trad. Plínio Sussekkind Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1974.
- OUELBANI, Mélika. *O círculo de Viena*. Trad. Marcos Marcionilo, São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- PUTNAM, Hilary. Brains in a vat. In: BERNECKER, Sven; DRETSKE, Fred (org.). *Knowledge: readings in contemporary epistemology*. New York: Oxford University Press Inc., 2000, p. 385-399.
- STROUD, Barry. Internal and External: Meaningful and Meaningless. In: *The significance*

*of philosophical scepticism*. New York: Oxford University Press Inc., 1984, p. 170-208.  
 SEXTO EMPÍRICO. *Outlines of Pyrrhonism*. Trad. R. G. Bury. London: William  
 Heinemann, 1933.

## Notas

1 Devemos ter o cuidado de não confundir critério de verificabilidade com princípio de verificação, conforme apontado por Hanfling (1999): “O critério fornece uma resposta à pergunta ‘quando uma afirmação tem sentido?’ ou ‘Que tipos de afirmação têm sentido?’, ao passo que o princípio é uma afirmação sobre aquilo em que consiste o sentido: é uma resposta à pergunta ‘o que é o sentido?’”. Quanto ao sentido, esse é definido como o método de sua verificação. Embora Ayer tenha adotado esse método, há divergências quanto a isso entre os próprios verificacionistas. Para Carnap, o critério é a concebibibilidade, que guarda algumas diferenças sutis em relação a verificabilidade. Trata-se da admissão de que, por maiores que sejam a quantidade dos experimentos, sempre restarão novos experimentos a serem feitos para verificar de fato um enunciado científico. Sobre isso ver Ouelbani, Mélika. O Círculo de Viena. 2009, p. 32 e 33.

2 Embora tanto Ayer quanto Hempel mencionam a ideia de “verificação por princípio”, Hempel aponta que dado a maneira como as hipóteses científicas são apresentadas, onde muitas vezes elas apenas apresentam formas limitadas e frágeis de verificação, não é possível traçar uma linha que indique quais teorias ou hipóteses científicas são verificáveis e quais são só verificáveis por princípio. No entanto, embora vaga, “a distinção mencionada é importante para avaliar a significação do potencial explanatório das hipóteses e teorias propostas” (Hempel, 1974, p. 47).

3 O “fenomenalismo” como mencionado por Carnap não deve ser entendido como ele o é atualmente. Trata-se fundamentalmente de uma referência ao idealismo transcendental de Kant.

4 Barry Stroud salienta que esse critério de significação, do mesmo modo que se aplica à disputa dos geógrafos, aplica-se também ao empreendimento de Kant de resguardar a realidade empírica e nosso conhecimento sobre as coisas no espaço-tempo. O esforço anti-cético de Kant acaba se tornando do mesmo modo ausente de significatividade tal como uma tese cética sobre o mundo exterior. Para o verificacionista o problema do significado não se encontra apenas nas respostas filosóficas apresentadas pelos geógrafos sobre a realidade externa da montanha. A própria questão já não contém sentido no momento que se direciona a algo externo ao mundo empírico. Para Carnap, segundo Stroud, portanto, a tese de Kant não pode ser uma resposta válida porque não há uma pergunta genuína a ser respondida. Kant poderia objetar dizendo que seu idealismo transcendental não é desprovido de significado porque a aceitação de sua tese é necessária para resguardar a validade de todas as questões empíricas, do contrário, nos manteríamos

“escandalosamente” preso ao ceticismo. Entretanto, rejeitar essa tese kantiana definindo-a como sem sentido, a partir do verificacionismo, não implica, como temia Kant, ceder a vitória ao cético. O ceticismo, segundo o mesmo critério, é extirpado, não constituindo mais que meros sons incompreensíveis cognitivamente.

5 Vale lembrar ainda a tradicional desconfiança cética quanto à confiabilidade de nossa percepção: qualquer argumento que possa ser produzido a favor de nossa percepção será novamente baseada na percepção, portanto, qualquer argumento que possa ser produzido nesse sentido caracterizará petição de princípio.

6 Carnap aponta que os empiristas possuíam melhor relação com os nominalistas que com os realistas no que concerne a essa questão.